

# Procurador denuncia o novo 'trem da alegria'

## BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

A Comissão de Sistematização começa a votar esta semana as disposições transitórias do substitutivo do relator Bernardo Cabral, que nos parágrafos 3º e 4º do artigo 14, "instituiu verdadeiro trem da alegria, porque sem concurso específico absorvem na Procuradoria-Geral da União pelo menos 800 assistentes jurídicos, 300 procuradores da Fazenda nacional, quatro mil procuradores autárquicos", segundo denúncia do presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, Roberto Monteiro Gurgel Santos.

Ele também alerta para o fato de que, se os novos dispositivos forem aprovados, "acarretarão incalculável acréscimo de despesas a serem suportadas pelos contribuintes". O deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) considera o caso "um escândalo pior do que o Coroa-Brastel". Ele e outros parlamentares que apresentaram pedidos de destaques e emendas para impedir o novo "trem da alegria", como Vivaldo Barbosa, Nelson Friedrich e Nelson Jobim, vêem no episódio uma manobra que envolveria também o consultor-geral da República, Saulo Ramos, que passaria a ter grande força junto à nova Procuradoria-Geral da União. A Associação dos Procuradores da República diz que não dá para saber ao certo o número total dos que serão benefi-

ciados por essa "inominável espezinha transitória de efeitos permanentes, principalmente levando-se em conta que inúmeras 'contratações' sem concurso poderão ocorrer até a data da promulgação da futura Constituição". Para Roberto Gurgel, "os dispositivos ameaçam com os vícios originais da imoralidade, do nepotismo e da incompetência, um órgão a que o texto do substitutivo confere a defesa dos bens, interesses e serviços da maior importância para a Nação brasileira".

Além de frustrar o princípio ético de acesso aos cargos públicos somente mediante concurso, os dispositivos promoverão a absorção, pela Procuradoria-Geral da União, dos assistentes jurídicos dos ministérios, dos procuradores autárquicos e da Fazenda, o que exigirá a criação de novos cargos para suprir os ministros de Estado e autarquias federais com serviços jurídicos, que eles irão perder. "Mals nomeações e favores", adverte Roberto Jefferson.

### APARTAMENTOS

Enquanto isso, uma emenda do senador Alfredo Campos (PMDB-MG), a ser votada pela Assembleia Nacional Constituinte no Título IX, das disposições transitórias, a ser incluída "onde couber", determina a venda de todos os imóveis da União favorecendo os atuais parlamentares, ministros de Estado e pessoal com função temporária de todos os Poderes.

Isso criará problemas para governos futuros, segundo o diretor da superintendência de construção e administração imobiliária do Ministério da Administração, Marino Eugênio Almeida. "A matéria não deveria constar da Constituição e a venda de imóveis deveria restringir-se aos funcionários do governo que exercem cargos efetivos", disse.

A emenda do senador diz que a União, por sua administração direta ou indireta, promoverá licitação pública dentro de um ano a contar da promulgação da Constituição, visando à alienação de seus imóveis residenciais, reservados a aqueles destinados à residência dos presidentes dos Poderes constituídos. Embora haja licitação, segundo o próprio senador Alfredo Campos, haveria preferência para aqueles que ocupam os imóveis há mais de seis meses, contados da data de promulgação da Constituição. Estariam excluídos, além da residência dos presidentes dos três Poderes, os imóveis situados em áreas destinadas à organização militar.

Marino Eugênio de Almeida, responsável pela administração dos imóveis do Poder Executivo, diz que as pessoas ocupantes de funções temporárias não deveriam ter o direito de comprar o imóvel que, nesse caso, é utilizado para estada daquele que em determinado momento assume situação provisória.

## Depois do onocrótalo

### GERALDO FORBES

A grande notícia, deste dia de República, é que acabou-se o governinho Sarney, indiferente a que se decida na Constituinte. O atestado de óbito folheado passado pela junta de governadores, sorrateiramente reunidos no Rio de Janeiro, e o fato referendado pelo juiz, o mandado de segurança da Autolatina.

Inês é morta. Melhor, Ismália é morta. Só falta deitar e estrebuchar, mas está morta. O festim do Ribamar tem dias contados. Vai até março ou abril e aí sai o fêretro. Por isto, a ladroagem da copa está tão alvorçada e gulosa — são os últimos dias de Sarnéia.

De hoje até lá, ainda virão as pás de cal de uma inflação de 25% em janeiro e a total desorganização do sistema produtivo, financeiro e cambial. Isto porque Ismália, louca, não percebe que morreu e porque o País não tem sequer um líder digno do nome, capaz de apresentar o enterro antes da putrefação inseputa deste simulacro de governo. De qualquer forma, o processo já é irreversível — acabou-se o governinho.

A rigor, faltam palavras para descrever, convenientemente, o que foi e esta desgraça nacional. Governinho, no caso, é amabilidade e palavão não vale. Esta coisa que infelicitou o País desafia o vocábulo, pois não existe nada comparável. Só mesmo recorrendo à Bíblia, onde está dito que é proibido comer a carne de aves de mais de quatro patas e a de onocrótalos. Que não existem. Então, nenhum país pode ser governado por quadrúpedes e onocrótalos. Eis a lei.

Isto verificado e dito é hora de pensar o futuro, para evitar o passado.

Depois de quase trinta anos de brutal feijoada de ratos, burros, aves plurípedes, onocrótalos e outros bichos, a Nação está empanzinada. Não aguenta nem mais uma oliba (sobretudo a verde, tão indigesta), mas corre o risco de comê-la, por simples hábito e pela estupefação modorrenta, a que se chegou. Cautela, portanto.

Não se pode pensar que, depois de orgia, a digestão vá ser fácil. O tumulto intestinal será inevitável, saudável até, e o erro será tratá-lo outra vez com mezinhas e chazinhos caseiros, entre amigos. Nada de conciliar, transigir ou

recuar. Nada de autoritarismo, fardado ou empresarial. Nada de panos quentes. Vamos levar o engulho às suas consequências. O Brasil precisa é de um bom vomitório, para expelir o pobre e o velho. Desagradável, mas preciso.

E não se enganem. Vem aí um tempo de instabilidade, mas não o temam. Só devemos evitar a conciliação doentia, mãe desta geléia geral, que nos sufoca. Bendita crise, bendita instabilidade desde que recheadas de eleições. Podem vir os nossos Maiores Otelos, os Bolsanaros, os Brizolans, os Fuaros e os Aurellanos. Todos eles passarão, consumidos e expelidos. O importante é atravessar a turbulência inevitável, salutar, e chegar ao Cavaco da Silva, ao Felipe Gonzales, ao Gorbachev ou, com sorte, ao Deng. Sem o ue.

O importante não é ser Ernesto e menos ainda João ou Delfim. Não é que a gente era feliz e não sabia: o País estava sendo destruído, a gente ia ser infeliz e não sabia. Mas agora, como se o sabe (e quanto!), deve-se repudiar, veementemente, qualquer tentativa de retorno dos que arruinaram um país riquíssimo, com a desordem que, sistemática e profundamente, implantaram em todo o organismo nacional. É sua herança, do empregulismo ao estatismo, do déficit às dívidas, dos subsídios aos usineiros do Nordeste e do Rio aos favores e doações aos industriais de São Paulo, da indústria de liquidações à liquidação do trabalho, da comissão à franca corrupção que desaguou nessa grande mixórdia, na total e completa avacalhagem reinante nos dias que vivemos. Foi obra deletéria da ditadura, exacerbada pela incompetência do onocrótalo, os delírios de São Dilon, as roubafeiras dos copeleros, o obsoletismo e despreparo dos líderes políticos e do Congresso (em que minoritários e as regiões mais despovoadas e incultas são majoritárias), foi tudo isto, regido pela batuta canhestre de um mentecapto, que virou um enorme tumor e a crise, eternamente, postergada, é a iminência de sua supuração pelo crescimento descontrolado.

Ora, salve, bendita crise, bendita instabilidade, vamos às eleições ge-

rais. Delas, ou depois de várias delas, e não da Fiesp ou do Forte Apache é que virá a estabilidade. A estabilidade verdadeira e profícua, da ordem e do progresso, que provém da legitimidade e competência de um governo eleito. Nunca, da submissão e de aquietação corruptoras, derivadas da ilegítima prepotência.

Hoje, é o dia da República e é a hora de sabermos o que isto quer dizer. Significa que o País não tem donos, não é da oligarquia que, com diversos matizes, dele se assenhoreou, faz um quarto de século.

O Brasil não é propriedade do Leonidas, do Sarney ou do Ulisses. Não é do PMDB, nem do PFL. Não é da Globo do PT, do Ermírio ou do Geisel. Certamente não é desses governadores, de quinta categoria. Não é do constituinte, nem do militar, nem do empresário.

O Brasil é de todos os brasileiros. De todos nós, cidadãos e eleitores.

Só falta tomarmos posse e proclamarmos a República.

Que, afinal, nasça e viva. E viva.

### NOTAS FUNÉREAS

1. A manutenção do papel das Forças Armadas como tuteladoras do regime (ligeiramente disfarçado pelo véu diáfano de fantasia do "pedido de um dos Poderes") passou com o voto da gente como Fernando Gasparian e Fernando H. Cardoso. Que vergonha, hein seus Fernandes?

2. O monopólio da distribuição de combustível foi o gesto heróico da banana da Constituinte ao sr. Sauer. Valentes e inteligentes, nossos deputados e senadores! Que gênio então é o Albatão, pascácio bípede implume. Quanta irresponsabilidade. Ao auto-aplaudem a sua molecagem, restauradora da "honra" ferida pela Autolatina, os constituintes ficaram de pé. Só pode se dever ao tiro que acabavam de disparar em suas caudas. É isso que dá ao seu tanque o máximo. O Urutu, se me entendem.

3. Os gatunos, que enfiaram a carapuça da fábula do último domingo, e que ameaçam o colunista, perdem seu tempo. A coluna só calará, se este jornal se intimidar. A probabilidade, conforme decorre da história, é portanto nula.